

Povos Indígenas no Brasil

Fonte O Estado de São Paulo Class.: APER 0001

Data 01/02/77 Pg.: _____

NOTAS E INFORMAÇÕES

Os caminhos da Amazônia

correntes diversas de pensamento, revelou que os nossos conhecimentos atuais sobre a Amazônia, embora parcos, são suficientes para orientar a definição de uma política racional de ocupação econômica da área, sem ferir a sua integridade ecológica. Mostrou também, no noticiário do nosso enviado especial e na série de reportagens que começamos a publicar domingo último em nossa seção "Atualidade Econômica", a disparidade de pontos de vista entre os diversos organismos oficiais que operam na área, disparidade salutar se não fossem órgãos executivos ditando regras antagônicas, as quais geram indecisão entre os que aceitaram o desafio de complementar a ocupação física da Amazônia, integrando-a à economia nacional. Os debates, conferências, conclusões e sugestões, apontam, ainda, caminhos para uma valiosa colaboração com o governo federal — hoje ainda perplexo e desorientado diante da imensidão e complexidade do desafio. Acima de tudo, entretanto, aquele encontro projeta e analisa as falhas decorrentes da ocupação intempestiva de extensas faixas regionais, os desacertos e desencontros, os avanços e recuos, o despreparo de muitos detentores de poder de decisão em assuntos de interesse da região. Acreditamos que o governo deveria encarar o desafio gigantesco da ocupação de 5 milhões de quilômetros quadrados com profunda humildade, a mesma que sempre dominou os verdadeiros cientistas que se debruçam sobre a hileia.

O que se pode depreender do que foi dito e discutido é que a Amazônia não é, nem pode continuar a ser, uma área intocável, sob o argumento da preservação da selva. Em sua entrevista, o professor Paulo Alvim, diretor científico do CEPLAC, mostra bem a inexistência de contradições básicas entre a ocupação econômica e a preservação ecológica, principalmente no nível atual dos nossos conhecimentos científicos. Há muitas culturas, regionais ou não, como o cacau e o dendê, o arroz e a cana-de-açúcar cujos resultados o comprovam. Mas não só o professor Alvim, como inúmeros outros conferencistas e empresários destacaram a urgência de uma revisão política, diante da projeção dos erros até agora cometidos, fruto de um aodamento impulsionado pela ânsia de realizar em breves anos uma tarefa de décadas. Assim, a primeira diretriz será afastar qualquer idéia de urgência urgentíssima, a pretexto de evitar uma disputa de posse que não existe. A Amazônia brasileira sempre foi brasileira e toda a cobiça será inútil, e infantil, no quadro da estrutura política do mundo atual, tanto mais que a soberania nacional sobre a área jamais foi contestada. Não significa isso que poderemos dormir tranquilos sobre a terra possuída. Urge explorar as regiões indevassadas e propícias à agricultura, delas extraindo o alimento de que a humanidade — e não só o Brasil — necessita. Os excepcionais níveis de produtividade obtidos em algumas lavouras de arroz desenham apenas timidamente as perspectivas futuras.

Mas como obter tudo isso? Onde residem os entraves? Como superá-los?

Muito resta ainda por fazer. Quase tudo. No campo científico, faltam pesquisas, porque falta apoio financeiro do governo para os trabalhos sempre demorados de campo. Já contamos com os dados do Radam e dos satélites, elemento extremamente valioso, mas que não dispensa, antes induz a uma ação mais efetiva.

Ao mesmo tempo, há profunda inércia e confusão no setor fundiário, onde a avalanche migratória inunda a beira das estradas, penetra selva adentro, provocando problemas econômicos e sociais quase insolúveis. Sem uma definição do INCRA, sem a legalização da posse jurídica da terra que deve anteceder a posse física, os posseiros ali ficarão angustiados, os aventureiros se jogarão terra adentro, e os empresários responsáveis não ousarão, tanto quanto poderiam, investir em grandes empreendimentos, base do desenvolvimento econômico, racional e não predatório da Amazonia. Aqui parece haver um ponto de estrangulamento, que a indefinição dos técnicos do INCRA, receosos de assumir responsabilidades, e o entrelcho de vários órgãos que agem na área, estão longe de superar. Sem isso, porém, como bem lembrou o presidente da Associação dos Empresários da Amazonia, todos os passos serão tumultuados e jamais será possível promover uma ocupação orientada e racional. Caberia ainda ao governo federal determinar maior vigilância e controlar, com o apoio do próprio Exército, o desordenado fluxo migratório de homens com esperança mas sem terras, aos quais se mesclam os aventureiros que vivem à margem da sociedade. O fluxo continua, a invasão persiste. As estradas que demandam o coração da Amazonia, principalmente as que cortam ou dão acesso à hileia, precisam ser policiadas para evitar o que hoje ocorre na Porto Velho-Rio Branco, onde mais de 20 mil famílias perambulam em busca de terra e, quando a encontrarem, sempre uma terra contestada, não terão assistência nem paz. Isto não é desenvolver a Amazonia, nem colocá-la no uso social.

Neste contexto, deveria o governo federal definir, mas efetivamente e de vez, uma verdadeira política de colonização. A agressividade da selva e do clima, está provado, desmentiu os sonhos dos governos anteriores, de transformar a Amazonia no lar dos nordestinos sem terra. Os pequenos núcleos de colonização sobrevivem apenas ao sopro paternalista, que não é perpétuo, do governo. Hoje, é preciso utilizar os recursos disponíveis da livre empresa e encaminhá-los, sob a forma de cooperativas ou de companhias de colonização, para implantar o homem no campo. Mas terá que ser um trabalho bem orientado, longe dos conceitos iniciais de assistencialismo. Isso é possível: há empreendimentos na Amazonia que o comprovam. Mas é preciso escolher os elementos humanos, tal a hostilidade da terra e do clima. Talvez não estejam esses elementos entre os homens simples e despreparados do Nordeste.

Por fim — e este um ponto decisivo — é absolutamente necessário e extremamente urgente evitar que continue a descoordenação atual, com inúmeros órgãos seguindo políticas diversas. Há que entregar-se a um só o comando da conquista da Amazonia.

Aí estão alguns pontos sugeridos no seminário realizado em Manaus, sob o patrocínio da Sudam e da Fundação Getúlio Vargas. Já sabemos muito sobre a Amazonia. Já não estamos mais diante da incognita, do desconhecido total. E com isso, aumentam as nossas responsabilidades e diminuem as nossas justificativas eventuais para erros que já foram apontados.